



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

Pregão Eletrônico SRP nº 015/2015 - Processo Administrativo nº 4812/2014

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 022/2016

CONTRATANTE:	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO – COREN-SP
CONTRATADA:	JFKAS Materiais de Escritório, Equipamentos e Suprimentos de Informática LTDA ME
FORMA DE CONTRATAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	4812/2014
OBJETO:	Suprimentos para composição dos estoques de Almojarifado.
FORMA DE FORNECIMENTO:	A contratação será realizada através de Ata de Registro de Preços.
REQUISITANTE:	UPA – UNIDADE DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, através da presente **Autorização de Compra (AC)**, a empresa JFKAS Materiais de Escritório, Equipamentos e Suprimentos de Informática LTDA ME, CNPJ nº 04.404.846/0001-48, sita a Rua Avenida Santa Monica nº. 167, Santa Monica – São Paulo/SP, Telefone/fax (11) 3906-8171, a fornecer os Materiais conforme descrito abaixo.

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DO PEDIDO

Lote	Item	DESCRIÇÃO	Qtde.	Unidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10	58	Apontador para lápis, material metal, tipo escolar, tamanho pequeno, quantidade de furos 1, lâmina em aço inoxidável.	36	Peça	0,51	18,36
10	59	Borracha tipo escolar em material látex sintético livre de PCV, tipo dura, tamanho pequeno, medidas aproximadas de 35 x 20 x 10 mm, com capa protetora ergonômica em plástico.	60	Peça	0,43	25,80
10	60	Caixa para arquivo morto em papelão 480g, espessura aprox. 2 mm, formato ofício, cor marrom, medidas aproximadas 360 mm x 140 mm x 240 mm.	100	Peça	1,20	120,00
10	61	Caixa para correspondência dupla, estilo bandeja, material acrílico transparente, medidas aproximadas de 360 (comprimento) x 250 (largura) x 130 (altura) mm, tipo fixa (sem inclinação entre as bandejas).	12	Peça	19,50	234,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10	62	Caneta esferográfica escrita grossa azul , tipo cristal, escrita uniforme e sem falhas, corpo em plástico poliestireno transparente em formato sextavado com orifício respirador, ponta média de 1.00 mm com esfera de tungstênio, tinta cor azul, tampas na cor da tinta.	300	Peça	0,63	189,00
10	63	Caneta esferográfica escrita grossa verde , tipo cristal, escrita uniforme e sem falhas, corpo em plástico poliestireno transparente em formato sextavado com orifício respirador, ponta média de 1.00 mm com esfera de tungstênio, tinta cor verde, tampas na cor da tinta.	50	Peça	0,63	31,50
10	65	Caneta hidrográfica preta com ponta de poliéster de 2.0 mm , escrita média, tinta permanente à base de solvente, para escrita em papelão e papel cartão, cor preta.	24	Peça	2,00	48,00
10	67	Caneta tipo marcador para quadro branco , com ponta porosa tipo chanfrada não retrátil, corpo em material plástico com tampa na mesma cor da tinta, tinta à base de álcool apagável, própria para escrita em quadro branco, cor preta.	12	Peça	1,20	14,40
10	70	Caneta tipo marca-texto rosa ponta porosa chanfrada de escrita entre 3.0 e 5.0 mm, material plástico, tinta de composição fluorescente, cor rosa brilhante, tampa na cor da tinta.	36	Peça	0,59	21,24
10	71	Caneta tipo marca-texto verde ponta porosa chanfrada de escrita entre 3.0 e 5.0 mm, material plástico, tinta de composição fluorescente, cor verde brilhante, tampa na cor da tinta.	36	Peça	0,59	21,24
10	72	Clipe para papéis nº 2/0 em metal galvanizado formato paralelo – embalagem em caixa de papel cartão ou em lata de metal c/ 500g.	24	Caixa	5,98	143,52
10	74	Cola branca líquida atóxica , tipo pastosa, à base de acetato de polivinila (PVA), secagem rápida, aplicação em papel alcalino, cartolina, papel fotográfico e madeiras leves, frasco em plástico com bico dosador, peso 110 g. Validade mínima de 12 (doze) meses.	72	Frasco	0,60	43,20
10	75	Corretivo líquido branco , à base de solvente, pigmentos brancos e resina,	24	Frasco	0,89	21,36





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

		aplicação papel branco, secagem rápida, frasco plástico com aprox. 18 ml e tampa com pincel aplicador, validade mínima de 12 (doze) meses.				
10	77	Estilete simples tipo estreito , material corpo plástico, comprimento mínimo 120 mm, largura mínima da lâmina 10 mm, tipo lâmina retrátil com trava de segurança, uso escritório.	60	Peça	0,90	54,00
10	80	Extrator de grampos em aço inoxidável , tipo espátula, comprimento 150 mm e largura aprox. de 15 mm, tipo grampo 26/6.	60	Peça	0,60	36,00
10	81	Fita adesiva composta de papel crepado (fita crepe) saturado coberto com adesivo à base de borracha e resina sintéticas, em rolo com largura de 18 mm e comprimento de 50m.	24	Rolo	2,13	51,12
10	82	Fita adesiva transparente 12x50 de polipropileno ou celofane de alta adesão, lisa e sem rugas, tipo monoface 12 mm x 50m, aplicação embalagem e escritório, rolo com diâmetro aproximado de 80 mm.	40	Rolo	0,54	21,60
10	85	Fita plástica para embalagem tipo amarelo , material rafia, cor branca ou cristal, rolo com 1 Kg (aprox. 920 m).	20	Rolo	7,85	157,00
10	90	Grampo trilho em metal para pasta de dois furos , formato trilho, comprimento: 80 mm - caixa com 50 unidades.	30	Pacote	0,71	21,30
10	94	Organizador de mesa com 3 compartimentos (para lápis, cliques e lembrete) em acrílico padrão fumê resistente, medidas aprox.: 230 (comprimento) x 80 (largura) x 140 (altura) mm.	20	Peça	7,03	140,60
10	96	Papel em bobina para calculadora, tamanho 57 mm x 30m , papel branco tipo off-set monolúcido ou similar, 45 g/m ² , 1 via.	24	Peça	0,70	16,80
10	99	Papel tipo vergê cor branca - tamanho A4 - 210 x 297 mm- gramatura 180 g/m ² – embalagem com 50 folhas - aplicação: impressoras laser e jato de tinta.	40	Pacote	7,96	318,40
10	103	Pasta registradora preta tipo AZ em cartão maciço de 2,4 mm , revestida	200	Peça	7,03	1.406,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

		interna e externamente com plástico polipropileno ou PVC camurça de 0,20 mm, medidas 350 mm (altura) x 280 mm (comprimento) x 80 mm (largura), cor preta, prendedor interno em ferragem niquelada com 2 furos, bolsa plástica transparente para etiqueta.z				
10	106	Pilha alcalina, tamanho palito, modelo AAA , tensão 1,5 v – cartela c/ 2 pilhas, validade mínima de 08 (oito) meses.	70	Cartela	2,50	175,00
10	107	Pilha alcalina, tamanho pequena, modelo AA , tensão 1,5 v – cartela c/ 2 pilhas, validade mínima de 08 (oito) meses.	70	Cartela	2,20	154,00
10	108	Porta revistas tipo caixa - tamanho grande medidas 260 (comprimento) x 300 (altura) x 100 mm (largura) – em papel cartão maciço de 2,4 mm, revestido de plástico polipropileno ou PVC camurça de 0,20 mm, cor preta, com porta etiqueta em plástico transparente, finalidade escritório.	150	Peça	8,40	1.260,00
10	114	Tesoura em lamina de aço inoxidável , comprimento mínimo 16 cm, cabo em plástico, aplicação papel/escritório.	80	Peça	2,39	191,20
10	115	Tinta preta para carimbo à base de glicóis e corantes orgânicos especifica para carimbo auto-entintado, cor preta, frasco em plástico com 40 ml.	20	Frasco	1,63	32,60
	154	Coletor de impressões digitais, tipo portátil , formato redondo de aprox. 40 x 10 mm (diâmetro x altura), capacidade mínima de 2000 impressões coletadas, não recarregável, com validade mínima de 06 (seis) meses.	100	Peça	13,55	1.355,00
VALOR TOTAL DO PEDIDO: R\$ 6.322,24 (seis mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)						

2. GARANTIA SOBRE PRODUTO

- 2.1. Seis (seis) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 2.2. A garantia incidirá sobre todos os produtos, exceto os que se enquadram no cláusula “Prazo de Validade”.

3. PRAZO DE VALIDADE

- 3.1. Aplicável aos gêneros alimentícios – Lote 6; à cola – item 2 do Lote 1; e às pilhas – itens 105 a 107 do Lote 10.
- 3.2. Validade mínima de 8 (oito) ou 12 (doze) meses contados da data de entrega dos produtos, conforme especificado nas tabelas do Anexo II – Especificações Técnicas do Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

4.1. A entrega do objeto deverá ser realizada conforme especificado nas tabelas do Anexo II – Especificações Técnicas do Edital, ao qual se vincula o presente Instrumento em todos os termos, cujos prazos serão contados da data do recebimento, pela Contratada, da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

4.2. Local para entrega: Sede do Coren-SP, localizada na Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00 às 16h00.

4.3. A Contratada deverá acondicionar devidamente os produtos, de forma a não danificá-los durante as operações de transporte, carga e descarga.

4.4. A troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto licitado ou que não funcionarem adequadamente deverá ser feita no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

4.5. Na ocasião da entrega do objeto, deverá ser apresentada a nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento.

4.5.1. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).

4.5.1.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

4.6. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:

4.6.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;

4.6.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, regularidades fiscais e outros).

4.7. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

5.2. A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

5.2.1. Nas hipóteses em que não ocorrer o pagamento, não terá a Contratada o direito à compensação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

financeira ou alteração de preços.

5.3. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

5.4. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

5.5. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP e indicar local adequado para a entrega dos itens.

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

6.3. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.

6.4. Indicar o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.

6.5. Solicitar a substituição dos itens que apresentarem defeitos ou problemas de funcionamento ou que estiverem fora das especificações do objeto.

6.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratadora de acordo com as cláusulas deste Instrumento e com os termos de sua proposta.

6.7. Registrar, em sistema próprio da Contratante, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.8. Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços prestados nos prazos e condições estabelecidos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Caberá à Contratada, a partir do recebimento desta Autorização e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital da licitação:

7.1.1. Apresentar Carta de Garantia do fabricante, de no mínimo de 6(seis) meses, para reposição de peças com defeitos de fabricação, bem como comprovação da origem do produto, quando tratar de fornecimento dos itens dos **Lotes 3, 4, 5, 11 e 15**.

7.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.

7.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.

7.1.4. Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

7.1.5. Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

7.1.6. Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.1.7. Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.

7.1.8. Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

7.1.9. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

7.1.10. Comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando cabível, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

7.2. A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

7.2.1. Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta aquisição.

7.2.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.

7.2.3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

7.2.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 7.3.** Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 7.3.1.** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta aquisição.
 - 7.3.2.** Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas.
 - 7.3.3.** Providenciar o transporte, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais no endereço indicado neste Instrumento.
 - 7.3.4.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.
 - 7.3.5.** Instruir seus empregados / colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.
 - 7.3.6.** Manter os colaboradores devidamente identificados durante a entrega, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.
 - 7.3.7.** Informar previamente ao Fiscal do Coren-SP, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP para a entrega do objeto.
 - 7.3.8.** Prestar o serviço de logística reversa de todos os itens dos **Lotes 3, 4, 5, 11 e 15**, enquanto houver peças da Contratada a serem retiradas, conforme especificado no Edital de Licitação e seus Anexos, aos quais se vincula o presente Instrumento em todos os termos.
 - 7.3.9.** Efetuar o fornecimento com o sigilo necessário.
- 7.4.** São expressamente vedadas à Contratada:
- 7.5.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução decorrente do pregão.
 - 7.6.** A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.
 - 7.7.** A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.
 - 7.8.** A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.
- 8. SANÇÕES**
- 8.1.** Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ser descredenciada do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:
 - 8.1.1.** Apresentar documentação falsa;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 8.1.3.** Falhar na execução do instrumento contratual;
 - 8.1.4.** Fraudar na execução do instrumento contratual;
 - 8.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.1.6.** Cometer fraude fiscal;
 - 8.1.7.** Fizer declaração falsa.
- 8.2.** Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 8.3.** Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 8.1.2 e 8.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:
- 8.3.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.
 - 8.3.1.1.** A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;
 - 8.3.2.** 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 8.3.3.** 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 8.4.** Para as demais condutas, a multa máxima a ser aplicada será de 15% (quinze por cento) do valor do Instrumento Contratual.
- 8.5.** O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.
- 8.5.1.** A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.
 - 8.5.2.** Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.
 - 8.5.3.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.
- 8.6.** Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais penalidades descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.
- 8.7.** Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

em outros casos fortuitos.

8.8. As sanções serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

8.8.1. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades.

8.8.2. A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das penalidades, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

8.8.3. Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

8.9. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

8.9.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

8.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 e nº 7892/2013) e, subsidiariamente, o Código Civil e o Código de Processo Civil, com suas respectivas alterações, regerão as hipóteses não previstas nesta Autorização de Compra.

9.2. Eventuais dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente instrumento contratual serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

10. DO FORO

10.1. As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

São Paulo, 12 de abril de 2016.